

INDÍGENAS E COLONIZADORES NO SERTÃO DA CAPITANIA DA PARAÍBA: A PRESENÇA INDÍGENA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO – SÉCULOS XVII E XVIII

Juciene Ricarte Apolinário - UFCG

Palavras introdutórias

Durante muito tempo o Semiárido, foi repassado pelos literatos, economistas e historiadores como lugar natural diretamente associado a seu caráter de território auxiliar, onde, desprovido de recursos naturais propícios aos interesses dos europeus e de posição estratégica para exploração que possuía a região litorânea, restou-lhe a utilidade de atividade-meio: a pecuária (AGUIAR & BURITI, 2009). Dessa forma, foi durante muito tempo desprestigiado, como um ambiente que começou a sua ocupação luso-brasileira no século XVII longe do sistema açucareiro implantado no Brasil Colônia, o que possibilitou a construção histórica de uma cultura e de uma sociedade com características identitárias peculiares em interação com esse ambiente particular (AB'SÁBER, 2007).

A convivência com o Semiárido é um processo histórico-cultural, no qual se propõe e se busca muito mais do que uma convivência diferenciada com o ambiente de um lugar que é caracterizado por certos aspectos físicos e climáticos. Na convivência, historicamente construída, percebemos que a documentação revela que há um sentido de territorialidade para o Semiárido, já que foi e é um espaço que se abre para a movimentação e a articulação de interesses e questões que se encontram fincados nos movimentos e deslocamentos dos grupos étnicos com o meio ambiente.

Como homem, cultura e natureza são indissociáveis o Semiárido além de uma paisagem natural, é uma construção cultural - um local que se inventou e se inventa nas relações entre homens, sujeitos de cultura, agentes culturais, subjetividades diversas que se encontram movidas por histórias, memória e documentação.

Através do seu patrimônio documental é possível atingir a historicidade que permeiam a região semiárida em relação ao modo como as comunidades indígenas, negras e luso-brasileira perceberam e se adequaram, ou não, aos fenômenos climáticos e a natureza especialmente nos processo de formação da chamada América Portuguesa e, notadamente a Capitania Real da Parayba..

Diante do exposto este projeto de pesquisa história procura construir a narrativa do importante episódio da história do Brasil que foi a ocupação processual e sistemática do ambiente natural rico e complexo, nos aspectos da biodiversidade e das riquezas étnicas que foi e é o Semiárido brasileiro. Na documentação que analisamos desde 2008 através de duas bolsas de iniciação científica, PIBIC/CNPq buscamos revelar as estratégias através das quais os povos que habitaram a região em regimes de historicidades específicos, perceberam e alteraram, de formas particulares os ambientes naturais do Semiárido entre a segunda metade do século XVII ao século XVIII, para garantir a sua sobrevivência antes da colonização portuguesa e após a colonização portuguesa com os adventos do pecuária e da agricultura .

Com relação aos espaços habitados pelos povos indígenas do Semiárido, tendo em mente a ocupação que os povos Tarairiú e Kariri exerceram sobre determinado território que tiveram que forçosamente se adaptar quando expulsos de suas terras originárias pelos sesmeiros de El rei com a família da Casa da Torre na Bahia e a família dos Oliveiras Ledo. A categoria que escolhemos para pensarmos esta relação é “territorialidade”, definida por Paul Little (2002) como o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu território”. Para esse mesmo autor, a territorialidade é uma força que depende das contingências históricas, sendo, portanto, e antes de tudo, um “produto histórico de processos sociais e políticos”, e, acrescentamos, culturais. Não obstante, desde sempre, os grupos indígenas constroem de forma relacional toda uma cosmografia dos seus territórios tradicionais. “A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantêm com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2002).

Para compreender as dinâmicas sociais e políticas nas quais os grupos indígenas Tarairiú e Kariri vivenciaram e ressignificaram suas identidades nas fronteiras coloniais das capitanias do Maranhão, Pará, Piauí e Nordeste de Goiás é importante revisitar alguns eventos relacionados aos processos e mudanças de espaços e paisagens naturais que estes povos indígenas foram obrigados a enfrentar. Partes do territórios Tarairiú e Kariri ao longo do século XVIII, e especialmente nos primeiros anos do XIX, tornou-se espaço e fronteira de fazendas criatórias. Desde então, os deslocamentos desses grupos para outros territórios

foram constantes. Não obstante, tiveram que passar pelo crivo de novas territorialidades no longo período de contatos com os colonizadores.

O controle que os grupos Tarairiú e Kariri buscavam ter nos novos territórios e o processo de ressignificação das suas identidades étnicas diante das novas alteridades dependia da utilização de códigos e estratégias que passavam a incorporar nas suas culturas políticas perceptíveis na primeira metade do século XIX, quando constroem alianças e relações de negociação com indivíduos não-indígenas. De acordo com João Pacheco de Oliveira, a compreensão elaborada pelos indígenas, sobre novas realidades que teriam que vivenciar para sobreviver, levaria à criação de “modalidades de adaptação mútua, interdependência e dominação sem, no entanto, suprimir as diferenças nos modos próprios de pensar, sentir e agir tornadas agora mais sutis e difíceis de captar”(OLIVEIRA FILHO 1988).

A perda dos territórios implicava, na maioria dos casos, na fragmentação dos grupos étnicos. Ao serem distanciados dos seus espaços e dos seus recursos naturais que, tradicionalmente, se relacionavam e dialogavam, ora para alimentarem os seus corpos, ora os seus espíritos, os indígenas foram obrigados a ressignificar muitas de suas referências culturais. Criaram novas agências para manter as suas identidades étnicas, ainda que reatualizadas, diante das novas relações com as alteridades não-indígenas em um processo de territorialização(MAURO, 2017).

A noção de *territorialização* enquanto um *processo de reorganização social* e de reordenamento das práticas políticas, implica em 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado(OLIVEIRA FILHO 1998). Nessa perspectiva, os grupos indígenas Tarairiú e Kariri tiveram que ressignificar as suas identidades nos contatos sucessivos com “outras” alteridades, nos novos espaços físicos e simbólicos e com o tempo construíram sentimentos de pertencimento, defendendo direitos adquiridos sobre os territórios do pós-contato.

Através da leitura das fontes documentais, tornar-se-á possível a apreensão de alguns dos sentidos que parte da população das zonas semiáridas brasileiras atribuiu ao ambiente humanizado. Apropriaram-se, por conseguinte, desses espaços, concebendo, em sua cultura, paisagens e traços de uma vida cotidiana de lutas e contradições a fim de garantirem sua sobrevivência em meio a uma natureza com características bastante peculiares. Essa

população criou novos sentidos e se auto-instituiu enquanto socius e é isso que pode ser percebido como sintomático, em se considerando, naturalmente, o lugar Semiárido.

Ambiente este, que tem suas histórias construídas e análises de diferentes correntes teórico-metodológicas. No entanto, há uma falta, singular, no que toca a produção historiográfica acerca do tema proposto.

O problema principal da nossa pesquisa é - como se deu a ocupação nas perspectivas ambiental e da etnohistória, levando em consideração os olhares colonizadores sobre a natureza da caatinga e os conflitos interétnicos entre grupos indígenas entre os séculos XVII e XVIII.

A colonização portuguesa no Brasil, e em especial no que chamamos atualmente de Semiárido, provocou mudanças significativas na biodiversidade, através do processo de implantação de sistemas econômicos com características externalistas e endógenas amparados nos interesses mercantilistas como foi o caso das empresas açucareiras e pecuária. Consequentemente, ocorreram lutas e resistências entre povos indígenas e portugueses. A conquista e a manutenção da posse da terra e de suas riquezas naturais por parte dos colonos e da Coroa portuguesa resultaram em diferentes práticas e relações culturais em toda a região denominada para a época de Sertão.

Paulatinamente, o cenário do semiárido passou a ser também um desafio para indígenas, luso-brasileiros, africanos e afrobrasileiros na capitania da Paraíba que passaram a construir relações interétnicas ora violenta, ora negociáveis e práticas econômicas, sociais e políticas nos primeiros povoados, vilas, cidades e municípios em um processo contínuo de novas territorialidades.

Durante o século XVI e XVII muitos grupos étnicos habitavam a região. Através da documentação é possível destacar alguns povos indígenas como Kariri, Paiacú, Panatí, Xukurú, Panatí, Paiakú, Ariú, Janduí (estes últimos povos Tarairiú), (APOLINÁRIO, 20011). As práticas culturais desses grupos indígenas eram complexas e diferentes entre si uns mantinham suas etnicidades nas suas terras tradicionais, onde desenvolviam agriculturas de subsistência, outros do grupos pouco conheciam da agricultura e viviam como semi-nômades e tinham formas próprias de organização social e política.

Na fase de ocupação do Semiárido paraibano foram construídos currais para criação de gado junto às terras mais férteis para pastagem. Instalados desde o final do seiscentos, os primeiros currais se multiplicavam no setecentos e deram rumo para toda a ocupação colonial

portuguesa posterior através de solicitações de sesmarias, depois de entradas no interior dos sertões como o da capitania da Paraíba através de sertanistas como Teodósio de Oliveira Ledo¹.

A carta de Manoel Soares de Albergaria ao rei de Portugal é reveladora desta assertiva quando tratando das ações militares de Teodósio de Oliveira Ledo nas suas entradas no sertão da capitania da Paraíba, narra o acordo de paz junto ao grupo étnico Ariú. Diz que:

[...] trouxe consigo, Senhor uma nação de tapuias chamados Ariú, que estão aldeados junto aos Kariris aonde chamam Campina Grande, e querem viver como vassallos de Vossa Majestade, reduzirem-se a nossa santa Fé Católica dos quais é o principal tapuia de muito boa praça e muito fiel segundo o que até o presente tem mostrado chamado Cavalcante.²

Diante das imposições dos luso-brasileiros os Ariú tiveram que se rearranjar a nova situação social e política do Império Colonial Português construindo nova territorialidade como forma de sobrevivência e para isto aparentemente pareciam subordinar-se a nova prática religiosa e as relações de poderes enquanto súditos de El Rei como “muito fiel” (APOLINÁRIO, 2011). Evidenciando o pensamento de John Manuel Monteiro para se analisar as práticas políticas indígenas, pós-contato, deve-se contemplar não só as imagens de bravura e ferocidade, mas também de opções políticas de colaboração, acomodação e alianças como estratégia de sobrevivência (MONTEIRO, 1999, p. 238).

Palavras finais

O historiador, ao entrar em contato com a documentação histórica, não deve carregar consigo um filtro teórico-metodológico que o impeça de visualizar, nas entrelinhas documentais, os espaços intermediários das práticas políticas indígenas por onde passa a “resistência” (ALBART, 2002). Repensar as formas de resistência indígena na história do Brasil Colônia, enquanto prática política, é não aceitar as afirmações historiográficas simplistas de “desaparecimento” e “extinção”.

Eni Pulcinelle Orlandi comentou que tratar da resistência indígena é dar visibilidade

¹ Ver Revista Documentação Histórica Pernambucana. Sesmarias, Vol IV. Secretaria de Educação e Cultura. Biblioteca Pública, Recife- 1956.

² Carta do governador da capitania da Paraíba, Manoel Soares de Albergaria ao rei de Portugal, D. Pedro II, 14 de maio de 1699 (AHU_ACL_CU_014, Cx. 3, D. 226).

às atitudes políticas do “Outro”, diante da imposição dos valores do “Nós”. Não falar da resistência indígena, ou melhor, silenciá-la, “[...] origina-se no fato de que a linguagem é política e que todo poder se acompanha de um silêncio, em seu trabalho simbólico”(ORLAND, 1999).

Silvia Porto Alegre asseverou que durante muito tempo à historiografia brasileira se reportava aos indígenas como seres em processo de “desaparecimento” já que seriam, paulatinamente, integrados pela sociedade circundante. Destarte as práticas políticas indígenas eram silenciadas. Desaparecer significa deixar de ser visto, perder visibilidade. Por outro lado, as pesquisas dos últimos anos, no campo da história e da antropologia revelaram que cada grupo indígena tinha um caráter étnico de posicionamento frente ao não-indígena. E mesmo que negados no plano discursivo, os grupos étnicos continuavam existindo e cada vez mais organizados, politicamente, afirmando as suas etnicidades. O recorte da etnicidade entendido como fenômeno político é importante porque revela que as práticas políticas, integracionistas, colonizadoras não conseguiram fazer “desaparecer” os povos indígenas.

É importante a reconstrução da história dos contatos entre os povos indígenas e colonizadores na capitania da Paraíba entre os séculos XVII e XVIII para ressignificar os papéis históricos desses grupos étnicos na construção da historiografia regional. Como já se comentou, precisa-se revisar, continuamente, a idéia simplista de extinção de alguns grupos indígenas, tantas vezes asseverada nos estudos históricos, mas compreender que os grupos indígenas Tarairú e Kariri souberam se reorganizar em processos de territorializações ao longo da conquista do semiárido paraibano.

Podendo, assim, contrariar as abordagens estruturalistas e globalizantes em que os ameríndios Tarairú e Kariri são representados como inermes diante dos projetos socioeconômicos de colonizadores como os Oliveira Ledo na capitania da Paraíba. Como informa Catherine V. Howard, “dentro do sistema de relações interétnicas sempre há espaço para enfrentar a dominação, abrir caminhos de protesto, ainda que disfarçados de acomodação, fazer leituras alternativas de uma mesma situação e imprimir aos símbolos dos brancos novos significados criados pelo grupo indígena”.

Referências bibliográficas.

- AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 4 ed. Ateliê: São Paulo, 2007.
- AGUIAR, José Otávio; BURITI, Catarina de Oliveira. "Revisitando o Semiárido: Cenários de Vidas e de Sol". **Revista Território e Fronteiras**. nº 2, julho/dezembro 2009.
- ALBERT, Bruce. Introdução. Cosmologias do contato no Norte-Amazônico. In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcinda Rita Ramos. **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico**. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 15.
- ALEGRE, Maria Silvia Porto. Rompendo o silêncio: por uma revisão do desaparecimento dos povos. In: Ethnos. **Revista Brasileira de Etnohistória**. Ano II. Nº 2. Recife, UFPE, p. 24.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 261.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: UnB, 1997.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Contatos Interétnicos entre Povos Indígenas e Colonizadores no Sertão da Capitania Real Da Paraíba, Entre Os Séculos XVI E XVIII. **Diálogos interdisciplinares entre fontes documentais e pesquisa histórica**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.
- DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.177-197.
- DUARTE, Regina Orta. A história e a natureza reinventada. In:UFMG – Diversa. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. Ano 7, n 14, julho de 2008.
- Duarte, Regina Orta. **História e Natureza**. São Paulo. Autêntica, 2005.
- HOWARD, C. V. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, B ; RAMOS, A. R. **Pacificando o Branco**. Cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 28.
- LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia nº 322. P. 5.
- MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização**. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 2001. 206p.

- MARTINS, Marcos Lobato. **História e meio-ambiente**. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.
- MATTOS, Izabel Missagia de. **“Civilização e revolta”**: povos Botocudo e indigenismo missionário na Província de Minas. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).
- MAURO, Victor Ferri. *Territorialidade e Processos de Territorialização Indígena no Brasil*. Mimeografada, 2007, p 14.
- MONTEIRO, John Manuel. **Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios**. In: NOVAES, Adalto (org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.
- NANTES, Frei Martin de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco** . São Paulo: Nacional Brasileira, 1979.
- NEVES, Frederico de Castro. **Imagens do Nordeste**: a construção da memória regional. Fortaleza, CE: SECULT, 1994. 198p. (Coleção Teses Cearenses).
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *“O nosso governo”*: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988, p. 265.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*. Cidade: vol.4, nº 1, p. 47-77, Abr. 1998, p. 54-55.
- Oliveira, Regina Orta. **História e Natureza**. São Paulo. Autêntica, 2005.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento ambiental e crítica escravista no Brasil (1779-1888). São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: UDESC, 1999, p. 30.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/USP/ FAPESP, 2002.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, 1996.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das letras, 1996.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000. 269 p.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

WOSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.198-215.